

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Solene da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – Comissão

### 2 – MANIFESTAÇÕES

### 3 – REQUERIMENTOS APROVADOS

### 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



**ATAS**

## ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 20/12/2021

### Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas; discurso do deputado Doutor Jean Freire; aprovação – Destinação da Reunião – Leitura do Relatório das Atividades da Assembleia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Declaração de Encerramento – Suspensão e Reabertura da Reunião – Ata – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Doutor Jean Freire – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Dalmo Ribeiro Silva – Douglas Melo – Fernando Pacheco – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leninha – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

### Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos

### Atas

– O deputado Thiago Cota, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das 3 reuniões anteriores.

O presidente – Em discussão, as atas. Com a palavra, para discutir, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, povo mineiro que nos acompanha, servidores desta Casa. Sr. Presidente, no momento, esta reunião na quinta-feira... Eu fico pensando nas questões da ata que ocorrem por aqui. Nós estávamos de maneira remota trabalhando – eu estava acompanhando toda a reunião lá do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Queria relatar um pouco aqui, Sr. Presidente, o que eu estava vivendo naquele momento: participando da reunião, participando do processo de votação e, naquele momento, presenciando, de perto, a tragédia que o Vale do Jequitinhonha e que o Vale

do Mucuri viveram nestes últimos dias. Eu fui ver, Professor Cleiton, de perto, pisar onde estavam ocorrendo os fatos, ver com os meus próprios olhos. Então, rodei as cidades atingidas pelas grandes cheias. A começar pela minha cidade de Itaobim, na comunidade de São João, que perdeu pontes, casas; Crisólita, onde fui de perto ver a barragem correndo risco de se romper; Catuji, com desmoronamentos; Novo Oriente, cidade por onde passei, vendo as péssimas condições das estradas; e Setubinha, vendo as péssimas condições das estradas precisando de asfaltamento. A estrada, que já era horrível, agora se deteriora mais ainda – a BR-367, tão prometida, com presença de presidente, está lá abandonada. A única obra que a gente vê, ou seja, que chamam de obra, é um recapeamento lá nessa estrada. Além disso, vi, na cidade de Rio do Prado, muitas pessoas perdendo tudo; ontem, em Monte Formoso, as unidades de saúde destruídas, escolas destruídas; na Aldeia Maxakali, o povo sem acesso; comunidade quilombola em Bertópolis; em Machacalis a destruição completa de casas, de oficinas, de comércio. Em Felisburgo, tive que passar com o meu carro em locais com meia ponte, pontes escoradas. Em Fronteira dos Vales, o município perdeu todas as pontes, todas as pontes. Foram muitos os municípios que tiveram ruas, casas, comércios, postos de saúde, Cras e escolas destruídos. Eu quero chamar a atenção para este fato em Palmópolis: ver uma criança olhar e dizer – o pequeno Daniel – que estava triste, que perdeu tudo o que tinha; perdeu o quarto, perdeu a cozinha. Ele me levou até a casa dele e chamou a atenção de que o que mais o deixava triste era ver a cachorrinha dele, cujo nome é Sapeca, não querer sair da casa totalmente destruída, porque aquela casa significava muito para a cachorrinha dele. Então, quando ocorre um fato, Sr. Presidente, em outras regiões, todos nós, deputados, nos unimos e vamos socorrer aquela outra região. É para isto que eu quero chamar os colegas, os 76 deputados: um olhar agora para o Vale de Jequitinhonha. O governador esteve lá presente – é verdade, deputado André – e foi a uma, duas ou três cidades. Você imagina que, em cidades, Sr. Presidente, que tiveram mais de mil desabrigados, mais de 2 mil desabrigados – foi o que me passaram –, chegaram com 20 colchões, com 40 colchões, com 30 cestas básicas. Enquanto em uma rua lá, em Machacalis, em uma rua, eu contei mais de 40 colchões perdidos. Então, Sr. Presidente, eu lhe agradeço. Vi que a Casa chamou a atenção para esse fato e está fazendo uma campanha, mas eu quero chamar todos os colegas, o governo do Estado. Nós pedimos algumas... Eu peço mais 1 minuto, Sr. Presidente. Nós fizemos algumas ações e pedimos a antecipação do repasse do Piso Mineiro; o adiantamento do recurso do acordo judicial da Vale; a isenção das tarifas de água, de esgoto e de energia elétrica para essas comunidades; a suspensão da cobrança do ICMS, bem como as multas e os juros; além disso, ao Dnit e ao DER, que, de uma vez por todas, cuidem daquela região, cuidem daquelas estradas. Estão um absurdo – e não é só agora, no momento da chuva – aquelas estradas! Essas são algumas ações que nós pedimos. Ficam aí sugestões para que a cidade de Belo Horizonte, assim como esta Casa está fazendo ações... Mas, neste momento, as pessoas precisam, sim, dessa solidariedade e de ações efetivas. O nosso muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita nas atas, dou-as por aprovadas.

#### **Destinação da Reunião**

O presidente – Destina-se esta reunião solene ao encerramento da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura.

#### **Leitura do Relatório das Atividades da Assembleia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura**

O presidente – (– Lê:) “O ano de 2021 foi marcado, não só em Minas Gerais mas em todo mundo, por imensos desafios. Em meio ao complexo cenário que se apresentava desde 2020, a Assembleia Legislativa definiu como foco maior o cidadão, definição sucinta, mas que sintetiza um amplo conjunto de ações desenvolvidas pelo Parlamento estadual ao longo deste ano para promover, a partir das mais plurais frentes de trabalho, melhorias na qualidade de vida das pessoas.

O apoio aos municípios mineiros e a promoção do desenvolvimento social e econômico, bem como o enfrentamento às terríveis consequências da disseminação da Covid-19, estão entre as missões assumidas pelo Legislativo estadual. Além das tantas famílias enlutadas, a pandemia agravou desigualdades, provocou fome, desemprego e a falência de negócios dos mais variados portes. Coube a este Parlamento criar o Recomeça Minas, iniciativa baseada no incentivo à regularização tributária e na recuperação das atividades mais impactadas, com o consequente incremento na arrecadação do Estado. Tal ação mostrou-se exitosa, mas foi preciso

avançar mais. O aumento da insegurança alimentar exigiu medidas ainda mais urgentes. Por isso a Assembleia criou o Força Família, auxílio no valor de R\$600,00 voltado a mais de 1.100.000 famílias mineiras em situação de extrema pobreza. Outra significativa vitória de Minas foi a destinação direta e desburocratizada de R\$1.500.000.000,00 aos 853 municípios mineiros do acordo firmado entre a Vale o Estado como reparação pela tragédia ocorrida em Brumadinho.

A representatividade também foi o princípio basilar da atual legislatura. Fato emblemático, neste 2021, foi a criação da Procuradoria da Mulher e a instituição da bancada feminina no Legislativo Mineiro. São medidas que fortalecem o combate à desigualdade de gênero, à discriminação e à violência contra a mulher. Por meio da apresentação, discussão e aprovação de importantes projetos, o Parlamento mineiro obteve notadamente alta produtividade ao longo deste ano com atuação voltada ainda ao fortalecimento do seu papel fiscalizador.

No Assembleia Fiscaliza, secretários de Estado e dirigentes de entidades estatais foram cobrados sobre a gestão de suas respectivas áreas. Os gestores também prestaram contas quanto aos compromissos assumidos em edições anteriores do programa.

A instalação da CPI dos Fura-Filas da Vacinação também foi um marco. O relatório final das investigações, encaminhado ao Ministério Público Estadual, apontou irregularidades na vacinação dos servidores estaduais. Já no início de julho, a Assembleia Legislativa instalou a CPI da Cemig, que terá seus trabalhos prolongados até 2022, com importantes avanços já realizados ao longo deste segundo semestre.

Igualmente fundamentais foram as ações conjuntas e as parcerias firmadas ou reafirmadas ao longo deste ano, o que abrange órgãos de outros Poderes, além de prefeituras, câmaras municipais, entidades civis e outras instituições do mais altíssimo relevo como a Universidade Federal de Minas Gerais.

Para que os trabalhos alcançassem resultado tão exitoso em prol das pessoas, esta Casa jamais se furtou a exercer suas atribuições constitucionais com independência e irrestrita liberdade de atuação de cada uma e de cada um dos 77 parlamentares que aqui fazem ecoar genuinamente as vozes dos mais de 22 milhões de mineiras e mineiros. A Assembleia jamais recuou ou permitiu se omitir perante toda e qualquer tentativa de se afrontar a representatividade outorgada legitimamente pela população. A falta de transparência, ausência de diálogo ou acintes autoritários que, porventura, buscarem imiscuir a autonomia do Legislativo Mineiro serão incessantemente confrontados, com assertividade e com trabalho, para que seja garantido, acima de qualquer picardia pessoal ou de alguns grupos, o imprescindível interesse das pessoas. Cenários adversos jamais nos impedirão de dedicar o nosso trabalho a promover melhorias nos serviços públicos, de forma a atender à população com mais oportunidades de emprego, mais acesso à saúde, segurança, melhores escolas, enfim, mais qualidade de vida.

As adversidades são enfrentadas por deputadas e deputados com revigorada dedicação, resultando assim na aprovação de projetos transformados em leis que beneficiam, sobretudo, aqueles que mais precisam da presença do poder público.

O próximo ano nos reserva novos desafios, e a Casa do povo vai se dedicar diuturnamente em cumprir sua missão de representar cada um dos 22 milhões de mineiros nos quatro cantos do nosso estado. Muito obrigado.”

### **Declaração de Encerramento**

**O presidente – Declaro encerrada a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura.**

### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender os trabalhos por 1 minuto para que seja ultimada a redação da ata desta reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder a leitura da ata desta reunião.

### Ata

– O deputado Mário Henrique Caixa, 2º secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata desta reunião, que é aprovada sem restrições.

### Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/10/2021**

Às 19h31min, comparecem à reunião a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares, Ulysses Gomes, Zé Reis, Sargento Rodrigues e João Magalhães (substituindo o deputado Doorgal Andrada, por indicação da liderança do BMSM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Hely Tarquínio, João Magalhães, Sargento Rodrigues, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.191/2021, com as Emendas nºs 1 a 7, 11 a 14, 16 a 30, 35 a 72, 74 a 109, 116 a 162, 164, 165, 167 a 178, 184 a 206, 212 a 223, 235 a 247, 250 a 279, 286 a 298, 304 a 313, 361 a 368, 376 a 471, 488 a 523, 525 a 583, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 73 e 183, propostas por parlamentares, na forma das respectivas Subemendas nº 1; com a Emenda nº 584, da Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 248 e 249, apresentadas pelo Bloco Democracia e Luta; com as Emendas nºs 280 a 285, apresentadas pelo Bloco Minas São Muitas; com as Emendas nºs 110 a 115, apresentadas pelo Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro; com as Emendas nºs 585 a 589 apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 8 a 10, 15, 32 a 34, 179 a 182, 207 a 211, 224 a 234, 299 a 303, 314 a 360, 369 a 375, 472 a 487 e 524 (relator: deputado Hely Tarquínio); e o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.192/2021, em turno único, com as Emendas nºs 3, 4, 22, 24, 25, 29 e 35, apresentadas por parlamentares, com as Emendas nºs 1, 2, 23 e 28, na forma das respectivas Subemendas nºs 1; com as Emendas nºs 46 e 47, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; e com as Emendas nºs 49 a 112, apresentadas ao final do parecer, e pela rejeição das Emendas nºs 6 a 21, 27, 31 a 34, 36 a 45 e 48 (relator: deputado Hely Tarquínio). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

### **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/11/2021**

Às 9h14min, comparecem à reunião os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bernardo Mucida, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo

Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater políticas públicas que visam fomentar o setor de inovação, empreendedorismo e desenvolvimento no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Adriana Ferreira de Faria, presidente da Rede Mineira de Inovação – RMI; Carla Batista Ribeiro, analista de Inovação Sebrae-MG, representando João Cruz Reis Filho, diretor técnico do Sebrae-MG; Raquel Resende, gerente do Parque Tecnológico de Uberaba; e Fabiana de Menezes Soares, professora de Direito da UFMG e coordenadora do Observatório para Qualidade da Lei e do Laboratório de Legislação e Políticas Públicas – Legislab; e os Srs. Felipe José Fonseca Attié, subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede; Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig; Paulo Piau Nogueira, ex-prefeito de Uberaba e idealizador do Parque Tecnológico de Uberaba; Tulio Renato Cândido de Souza, diretor da ACMinas, representando o vice-presidente; e Fábio Veras de Souza, presidente do Sindicato da Indústria de Software e da Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Sindinfor. A presidência concede a palavra ao deputado Antonio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Thiago Cota, presidente.

#### **ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/12/2021**

Às 10h13min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Hely Tarquínio e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.230/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado requisitado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais o relatório da consultoria PricewaterhouseCoopers – PWC –, denominado Projeto Canastra, conforme exposto pelo ex-presidente da Cemig, Cledorvino Belini, em seu depoimento no dia 18/10/2021 à comissão;

nº 11.231/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam requisitadas ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais cópias do relatório da “investigação interna” e dos atos aprovados pelo Conselho Administrativo, noticiados através do Fato Relevante – NIRE 31300040127 – de 20/2/2020;

nº 11.232/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ofício à Comissão de Valores Mobiliários – CVM – solicitando que esclareça quais foram as informações prestadas à referida autarquia pela Cemig referente ao acordo de leniência celebrado entre a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais com a empresa Andrade Gutierrez Engenharia S.A., que determinou ressarcimento ao erário em razão de fraudes em licitações e contratos celebrados com a Cemig, e que informe à comissão sobre os detalhes e informações compartilhadas pela empresa pública à CVM;

nº 11.233/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, em que requerem a intimação do Sr. Maurício Dall'Agnese, diretor da CemigPar, a fim de prestar depoimento perante a comissão na condição de testemunha, para esclarecer sobre fatos investigados pela comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2021.

Cássio Soares, presidente



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.022/2019, que regulamenta a profissão dos despachantes documentalistas, de autoria do deputado federal Mauro Nazif, a ser encaminhada ao Senado Federal (Requerimento nº 9.455/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de apoio aos profissionais da área de podologia pela regulamentação da profissão, em discussão no Senado Federal, através do Projeto de Lei da Câmara nº 151/2015, de autoria do deputado federal Jorge Mentor (PT/SP), que regulamenta a profissão de podólogo, estabelecendo as qualificações mínimas para todo o território nacional (Requerimento nº 9.456/2021, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com a Diretoria Colegiada do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG – pela posse da nova diretoria estadual para a gestão de 2021 a 2024 (Requerimento nº 9.578/2021, do deputado Doutor Jean Freire);

de congratulações com os conselheiros tutelares do Estado, na pessoa do Sr. Davidson Luiz do Nascimento, presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Minas Gerais, pelo Dia do Conselheiro Tutelar, comemorado em 18 de novembro, e por todo o trabalho que desempenham em defesa dos direitos da criança e do adolescente (Requerimento nº 9.687/2021, do deputado Zé Guilherme);

de congratulações com o Coral Banzo do Quilombo Pega pela valorização, preservação e difusão da cultura negra e quilombola no Município de Virgem da Lapa (Requerimento nº 9.713/2021, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD –, com sede no Município de Belo Horizonte, pelos 21 anos de sua fundação (Requerimento nº 9.714/2021, da Comissão de Direitos Humanos);

de repúdio pela prisão injustificável do Sr. Auro Maia, cidadão, professor, ex-vereador, ex-secretário municipal de Assistência Social do Município de Passos e ativista social pelos direitos das pessoas em situação de rua, efetuada pela Polícia Militar em 20/2/2021, no referido município, por filmar a abordagem da PM a um menor que estava em visível crise de automutilação e requeria cuidados médicos urgentes e cuja mãe também se encontrava em situação de rua (Requerimento nº 9.715/2021, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Espera Feliz pelos seus 35 anos de existência, luta e defesa em prol da classe trabalhadora (Requerimento nº 9.738/2021, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região por seus 89 anos de existência, luta e atuação na defesa da classe trabalhadora (Requerimento nº 9.739/2021, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com a comunidade de Guanhães pelo aniversário de 146 anos desse município (Requerimento nº 9.749/2021, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a Prefeitura de Contagem pelas exitosas práticas, atualmente desenvolvidas pelo município, que visam prevenir a prática de atos de violência contra a mulher (Requerimento nº 9.785/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de repúdio a Pablo Henrique Dantas Freitas, conhecido popularmente como Pablo de Melo, pelas manifestações com conteúdo racista contra Kênia Beatriz Oliveira dos Santos, por meio de redes sociais, nos seguintes termos: "A gente vai defender os interesses da população e logo cedo tem que ler esse tipo de conversa de gente que carrega no sangue o estilo de serviçal da Casa Grande!" (Requerimento nº 9.786/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher);

de congratulações com a Ten. PM Bárbara, com o Cb. PM Araújo, com o Sgt. PM Almeida e com a Sd. PM Lais pela atuação que paralisou a construção irregular de um galpão metálico no entorno da linha ferroviária localizada na área da Estação Ecológica do Cercadinho, no Bairro Belvedere (Requerimento nº 9.792/2021, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Movimento Transporte Legal e Responsável e com a sua comissão de mobilização, pelas respectivas atuações no processo de aprovação do Projeto de Lei nº 1.155/2015, que regulamentou o transporte de fretamento no Estado, e na defesa do emprego e dos interesses dos trabalhadores em transportes rodoviários de Minas Gerais (Requerimento nº 9.824/2021, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o professor Diogo Veloso por sua valorosa, destacada e dedicada atuação na defesa de uma educação pública de qualidade em Minas Gerais (Requerimento nº 9.828/2021, da Comissão de Educação);

de apoio ao professor Diogo Veloso, da Escola Estadual Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, localizada em Uberlândia, pelas perseguições, ataques e humilhações que ele vem sofrendo desde que a sua aula foi gravada e divulgada ilegalmente, com edições das falas e exposição da sua imagem, o que configura nítida violação aos direitos à intimidade e à dignidade da pessoa humana, à liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, arte e saber, garantidos pela Constituição da República (Requerimento nº 9.829/2021, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Sr. Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG –, por sua valorosa e importante história de atuação em defesa da ciência, pesquisa e tecnologia na área da saúde pública, em especial no enfrentamento da pandemia de covid-19 (Requerimento nº 9.830/2021, da Comissão de Educação);

de congratulações com a vereadora Livia Guimarães, por sua trajetória de lutas na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, e pela sua atuação de destaque na Câmara Municipal de São João del-Rei, em especial pela autoria do Projeto de Lei nº 7563/2021, que estabelece que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do município, permitam a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas (Requerimento nº 9.989/2021, da Comissão de Administração Pública);

de congratulações com a Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por seu importante apoio à realização da Expoqueijo 2021 (Requerimento nº 10.186/2021, da Comissão de Agropecuária);

de congratulações com o procurador-geral de justiça pela realização do Congresso de Direito Penal do Ministério Público da Região Sudeste em Araxá, cidade ícone da cultura mineira (Requerimento nº 10.207/2021, das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Cultura e da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia).

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

**REQUERIMENTO Nº 9.534/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – pedido de informações consubstanciadas na listagem de ocupações no setor de transportes rodoviários em geral, organizada de acordo com o Caged e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO; na relação de empresas de transporte rodoviários de passageiros e cargas atuantes em Minas Gerais cadastradas no sistema da ANTT, incluindo Monitrip, SisHAB, Sisaut, Tar e Lop, e informações constantes no RNTRC, referentes aos últimos dois anos; na relação das empresas atuadas em decorrência do transporte irregular de passageiros e cargas, que constam ou não cadastradas no sistema da ANTT, informando o número de penalidades aplicadas pelo descumprimento de registros obrigatórios, referentes aos últimos dois anos; e na relação de empresas atuadas em decorrência do transporte irregular de passageiros, informando dados, tais como, CNPJ, endereço, contatos, telefones ou endereço eletrônico.

Sala das Reuniões, 20 de outubro de 2021.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

**REQUERIMENTO Nº 9.549/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte pedido de informações sobre para quem foi cedida a estação ferroviária Esperança, no Município Itabirito, tendo em vista a denúncia, feita a essa comissão, de que a estação está sendo utilizada por uma oficina de ferro velho.

Sala das Reuniões, 21 de outubro de 2021.

João Leite, presidente da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras (PSDB).

**REQUERIMENTO Nº 9.597/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Coronel Henrique e Fernando Pacheco aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – pedido de providências para que seja incluída, entre as obrigações da concessionária e em substituição à construção da 2ª pista de pousos e decolagens, prevista no contrato de concessão do

Aeroporto Internacional de Belo Horizonte – Confins –, a implantação de uma linha férrea (VLT, monotrilho ou trem de superfície) interligando a capital mineira àquele aeródromo.

Sala das Reuniões, 29 de outubro de 2021.

João Leite, presidente da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras (PSDB).

**Justificação:** Entendemos que a principal deficiência do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, localizado em Confins, é a dificuldade em ser acessado pelos usuários do transporte aéreo. A pista de pousos e decolagens opera de forma ociosa, com previsão de continuar assim por muito tempo. Por outro lado, não há um modal ferroviário de acesso àquele terminal aéreo, ao contrário dos demais aeroportos de capitais do país e do mundo. Há várias possibilidades de conexão, usando ramal ferroviário já existente que passa a poucos quilômetros, usando o eixo da rodovia MG-010 e da LMG-800 ou conectando a terminais já existentes do trem metropolitano da RMBH. Assim, viabilizar-se-ia substancialmente o uso do transporte aéreo pela população belorizontina e mineira, contribuindo para o desenvolvimento do modal aéreo do país e viabilizando economicamente o próprio terminal.

#### REQUERIMENTO Nº 9.664/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Virgílio Guimarães aprovado na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à BH Airport S.A., em Confins, pedido de providências para que seja dada condição digna de trabalho aos mais de quatrocentos profissionais de transportes por aplicativo que operam no Aeroporto de Confins, por meio da instalação, próximos ao local onde esses motoristas, com seus veículos, ficam estacionados aguardando passageiros, de cobertura para proteção dos carros contra as intempéries climáticas, de bebedouros, de banheiros e de guichê para pagamento da diária.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2021.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

**Justificação:** Os mais de 400 profissionais motoristas de aplicativo que atuam no Aeroporto de Confins reivindicam melhoria nas condições de trabalho, uma vez que a BH Airport S/A não oferece o que é disponibilizado em muitos aeroportos no Brasil. Alguns recursos fundamentais, como bebedouro, banheiros se encontram distantes do local onde os veículos ficam estacionados. Os motoristas pagam um valor alto de diária no estacionamento, sendo que o guichê para pagamento da mesma está localizado a mais de 600 metros do local onde os veículos ficam estacionados, perdendo seu lugar na fila, sendo que normalmente leva 40 minutos para se obter a senha.

#### REQUERIMENTO Nº 9.692/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que sejam realizadas obras de melhorias no trecho da BR-381 que liga Periquito a Governador Valadares.

Sala das Reuniões, 15 de novembro de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**Justificação:** Importante ressaltar que o trecho citado, além de contar com uma sinalização que não oferece boas condições de visibilidade, os inúmeros buracos na via vêm causando prejuízos para os motoristas que precisam utilizar esse trecho de estrada.

Nas bastas, as condições extremamente precárias tem ocasionado frequentes acidentes graves inclusive resultando, infelizmente, em vítimas fatais.

#### REQUERIMENTO Nº 9.693/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Fernando Pacheco aprovado na 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a manutenção, em caráter de urgência, do trecho da MG-448 entre os Municípios de Rio Pomba e Mercês (do km 134 ao 135), que se encontra em péssimo estado de conservação, considerando-se que a infraestrutura de uma ponte cedeu e há chances de desabamento iminente, com alto risco de acidente para os usuários.

Sala das Reuniões, 15 de novembro de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**Justificação:** Tendo em vista o período de chuvas e o intenso tráfego de veículos por essa estrada, faz-se necessária a intervenção imediata no trecho para que possa ser garantido o direito de ir e vir dos cidadãos em condições mínimas de segurança, pois as condições atuais estão causando inúmeros transtornos para os usuários da estrada. Além disso, a ponte auxiliar, utilizada como desvio é de madeira e tem se mostrado vulnerável diante do intenso tráfego de veículos, inclusive veículos pesados.

#### REQUERIMENTO Nº 9.694/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Fernando Pacheco aprovado na 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a manutenção e conservação da rodovia que dá acesso à cidade de Cataguases, em especial o trecho situado na Rodovia MG-20, que desemboca na Avenida Nicolau Siervi, na Vila Minalda, em reiteração ao Requerimento em Comissão nº 2.334/2019.

Sala das Reuniões, 15 de novembro de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**Justificação:** Tendo em vista o período de chuvas e o intenso tráfego de veículos por esse acesso, faz-se necessária a intervenção imediata no trecho para que possa ser garantido o direito de ir e vir dos cidadãos em condições mínimas de segurança, pois as condições atuais estão causando inúmeros transtornos para os usuários da estrada.

#### REQUERIMENTO Nº 9.699/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha e do deputado André Quintão aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais pedido de providências para atualizar, até o mês de outubro de 2021, as informações da execução das ações da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, instituída pela Lei nº 22.806, de 2017.

Sala das Reuniões, 15 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

### REQUERIMENTO Nº 9.711/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha e do deputado André Quintão aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, ao governador do Estado, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG –, ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG – pedido de providências para que o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – e o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro – cumpram a finalidade que motivou sua criação de atender às necessidades de garantias ambientais e demanda da população vulnerável, diante da situação de privação do direito à alimentação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PSOL).

**Justificação:** O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG) e a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), historicamente convergem esforços na defesa e garantia das políticas públicas de agroecologia, agricultura familiar, soberania e segurança alimentar e nutricional, os quais resultaram em conquistas com a consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto política pública de Estado, pela Lei 22.806, de 29 de dezembro de 2017, em consonância com Emenda Constitucional nº 64/2010, que garantiu a "alimentação" no rol do direitos sociais no art. 6º, da Constituição Federal. Cinge-se no seu escopo Segurança Alimentar e Nutricional como "a garantia do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis". Outrossim, "transição agroecológica o processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que leve a sistemas de agricultura com princípios e tecnologias de base ecológica" (Lei 22.806/17). Nesse contexto, o Consea-MG cumprindo sua finalidade precípua – o exercício do controle social – na avaliação do relatório quadrimestral de monitoramento do V Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Plesans), o qual foi objeto de discussão e deliberação na Plenária, realizada dia 24/09/21, identificou inconsistências nas metas físicas e orçamentárias programadas e realizadas, com justificativas que necessitam de mais informações e dados técnicos. Constatou também a necessidade de debater o funcionamento do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) e do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) para que se cumpram a finalidade que motivou a criação e atender às necessidades de garantias ambientais e demanda da população vulnerável, diante da situação de privação do direito à alimentação.

### REQUERIMENTO Nº 9.712/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Leninha aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, ao Ministério Público Federal – MPF – em Belo Horizonte, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, à Defensoria Pública da União – DPU – e à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG – em Belo Horizonte pedido de providências para que se apure o incêndio criminoso ocorrido no acampamento localizado na Fazenda São Francisco, território tradicional geraizeiro, do núcleo de Lamarão, no Município de Grão Mogol.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

**Justificação:** No dia 4 de outubro de 2021, o acampamento localizado na Fazenda São Francisco, território tradicional Geraizeiro do núcleo de Lamarão, no município de Grão Mogol (MG), foi alvo de um incêndio criminoso, conforme relatos dos moradores da comunidade. O incêndio ocorreu logo após a celebração do Dia de São Francisco, padroeiro do território, que tinha como objetivo arrecadar fundos para a construção de uma capela no local. Apesar de ninguém ter ficado ferido, as comunidades estão indignadas com a impunidade e a desumanidade do ato criminoso, por se tratar de um ataque direto aos povos tradicionais que há gerações protegem e conservam a biodiversidade dos territórios geraizeiros. As comunidades geraizeiras de Vale das Cancelas nos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis (MG) fazem parte do Tribunal dos Povos do Cerrado e lutam pela #JustiçaqueBrotadaTerra. Maiores informações no *link* abaixo, da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT-MG): <https://www.cptmg.org.br/portal/acampamento-sao-francisco-no-territorio-geraizeiro-no-norte-de-mg-e-alvo-de-atentado-incendio-criminoso-no-municipio-de-grao-mogol/>.

#### REQUERIMENTO Nº 9.716/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre quais são as medidas previstas ou em andamento para a regularização fundiária urbana – Reurb – ou plano de urbanização nos assentamentos nas áreas pertencentes às ocupações na região da Izidora, considerando-se, especialmente, o acordo judicial estabelecendo tal responsabilidade ao município, nos termos relatados à comissão durante audiência pública realizada em 15/10/2021, esclarecendo-se o número de ruas liberadas (discriminadas por ocupação) para a implantação dos serviços de água, esgotamento sanitário e energia elétrica; o respectivo quantitativo de famílias a serem atendidas (também discriminadas por ocupação); e qual a data prevista para a efetiva liberação da totalidade das ruas da região da Izidora para a implementação desses serviços públicos.

Sala das Reuniões, 15 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### REQUERIMENTO Nº 9.717/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Santa Luzia e ao secretário de Desenvolvimento Urbano de Santa Luzia pedido de informações sobre o andamento da regularização fundiária urbana – Reurb – nos assentamentos nas áreas pertencentes às ocupações na região da Izidora, localizadas no Município de Santa Luzia, nos termos estabelecidos, especialmente, nos Decretos nºs 3.863, de 20/8/2021, e 3.867, de 25/8/2021, esclarecendo-se o número de ruas liberadas (discriminadas por ocupação) para a implantação dos serviços de água, esgotamento sanitário e energia elétrica; o respectivo

quantitativo de famílias a serem atendidas (também discriminadas por ocupação); e qual a data prevista para a efetiva liberação da totalidade das ruas da região da Izidora para a implementação desses serviços públicos.

Sala das Reuniões, 15 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### REQUERIMENTO Nº 9.722/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para o estudo e a adoção das medidas administrativas e judiciais inerentes ao direito à reparação por danos morais e materiais de moradores das ocupações na região da Izidora, especialmente no que se refere à morte da criança João Vitor, que perdeu a vida atropelado por um caminhão-pipa na Ocupação Vitória, em Belo Horizonte, analisando-se a possível responsabilidade de órgãos estaduais e municipais em face da negligência na prestação dos serviços públicos na localidade, o que inclui o acesso à água; e que seja enviado, para conhecimento, o *link* com o inteiro teor da 23ª Reunião Extraordinária realizada em 15/10/2021, com a finalidade de debater as possíveis violações de direitos humanos nas ocupações da Izidora – Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória –, relacionadas à ausência de fornecimento de água e energia elétrica e às dificuldades de acesso às políticas socioassistenciais e de saúde.

Segue o *link* supramencionado: <https://www.youtube.com/watch?v=arAofnKURbA&t=6s>

Sala das Reuniões, 16 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### REQUERIMENTO Nº 9.732/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos juízes de Direito das Varas da Fazenda Pública e Autarquias e aos desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para que busquem solução, junto ao governo do Estado, para o descumprimento do acordo público firmado com os servidores da segurança pública relativo à recomposição da perda inflacionária da classe.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** Do mês de fevereiro a novembro de 2019, entidades de classe, Parlamentares, Chefias, Comandos e representantes do Governo Estadual se reuniram em diversas reuniões e audiências públicas para tratar da recomposição das perdas inflacionárias dos servidores da segurança pública, acumuladas desde janeiro de 2015. Citado direito, consagrado no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, foi consignado em documento público que previa o pagamento em três parcelas, calculadas, à época, pelo então Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Otto Levy. A partir de mencionado acordo, o Governador do Estado enviou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 1451/2020, que previa recomposição salarial de 41% para os servidores da segurança pública, escalonada em três parcelas: 13% em julho de 2020, 12% em setembro de 2021 e 12% em setembro de 2022. Contudo, não obstante aludido compromisso, o Governador opôs veto parcial à Proposição de Lei, alegando (1) retomada mais lenta da economia; (2) momento de incerteza sobre o desempenho da atividade econômica diante do avanço da epidemia do coronavírus; (3) forte queda nos preços do petróleo, e fazendo registrar, na Mensagem nº 73/2020, seu comprometimento com a continuidade do

diálogo com as forças de segurança. Aguardados quase dois anos, os integrantes das forças de Segurança Pública do Estado retomaram as negociações, na expectativa de ver o Governador do Estado cumprir com sua palavra e honrar o acordo pactuado em ata pública. Afinal, a arrecadação do Estado, até outubro/2021, aumentou em quase R\$ 20 bilhões em comparação com o mesmo período de 2020, descreditando, inclusive, os argumentos usados para vetar as duas últimas parcelas. Ademais, segundo consulta à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG, o cálculo do IPCA acumulado de 2015 a setembro de 2021 é de 46,42%. Todavia, o Governador do Estado se mantém inerte e silente quanto aos termos da ata assinada por seus Comandos e Chefias, empurrando os servidores da segurança pública, e seus familiares para o abismo do endividamento, na medida em que muitos já possuem, por exemplo, faturas e parcelas de financiamento habitacional em atraso.

#### REQUERIMENTO Nº 9.733/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para, no exercício da função de polícia judiciária, seja apurada a conduta e o possível cometimento de infrações penais pela motociclista que aparece em vídeo, amplamente divulgado nas redes sociais, pichando um *outdoor* na cidade de Salinas.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** Nas imagens ([https://www.instagram.com/reel/CV2ryLogSM-/?utm\\_medium=share\\_sheet](https://www.instagram.com/reel/CV2ryLogSM-/?utm_medium=share_sheet)) é possível verificar a presença de uma motocicleta com placa PWE 1759.

#### REQUERIMENTO Nº 9.734/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social – Deecas – da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam prestados, com brevidade, os devidos serviços socioassistenciais ao 2º Sgt. PM Paulo Robério Mendes Lima, lotado em Santa Margarida, o qual, após encomendar um botijão de gás, teve sua residência incendiada.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** Importante ressaltar que cabe ao Deecas o "atendimento social a policiais militares vítimas de intempéries naturais e sinistros", bem como o "atendimento a policiais militares em situação de vulnerabilidade econômica".

#### REQUERIMENTO Nº 9.740/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que apresente ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de

Minas Gerais proposta de recomposição salarial dos trabalhadores da categoria compatível com as perdas decorrentes da inflação acumulada nos últimos três anos.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2021.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.747/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Charles Santos e Elismar Prado aprovado na 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao superintendente executivo de Habitação da Caixa Econômica Federal, Bruno Gomes de Oliveira, pedido de informações sobre o cronograma de retomada das obras e de entrega dos imóveis referentes aos programas habitacionais Nova Ituiutaba II e Nova Ituiutaba IV, no Município de Ituiutaba.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.748/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Caixa Econômica Federal – CEF – em Ipatinga pedido de providências para que seja agilizada a retomada das obras inacabadas dos conjuntos habitacionais Bom Jardim e Veneza II, após a aprovação, no Congresso Nacional, de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para a conclusão de obras de moradias inacabadas .

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.769/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão e Cristiano Silveira aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para o desenvolvimento das ferramentas necessárias à publicização, para os beneficiários, dos processos de concessão de indenização para os filhos segregados de pais com hanseníase, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018, de forma a garantir-lhes o acompanhamento do andamento dos procedimentos e a interlocução com a equipe da comissão de avaliação responsável pelas análises.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.770/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão e Cristiano Silveira aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao Comitê de Orçamentos e Finanças pedido de providências com vistas à majoração do valor previsto para indenização dos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.771/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão e Cristiano Silveira aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que se estenda aos filhos segregados de pais com hanseníase o direito ao recebimento da cota crua (cesta básica), que já é previsto para os pacientes com hanseníase, tendo em vista a situação de grave insegurança alimentar vivenciada por esse público.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.772/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão e Cristiano Silveira aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas à articulação e à implementação de projetos direcionados aos filhos segregados de pais com hanseníase, submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, considerando-se a necessidade de atenção e atendimento multidisciplinar a esse público.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.773/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão e Cristiano Silveira aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de ações afirmativas direcionadas aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, com sua inclusão como público foco de políticas setoriais, como nas áreas de saúde, habitação e trabalho e emprego e renda, como forma de reconhecimento pelas históricas violências vivenciadas, as quais devem ser consideradas para o alcance da justiça e da efetiva reparação, o que não se esgota no pagamento da indenização pecuniária prevista na Lei nº 23.137, de 2018.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

**REQUERIMENTO Nº 9.774/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão e Cristiano Silveira aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas ao recebimento, pelos herdeiros necessários, da indenização prevista na Lei nº 23.137, de 2018, devida aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório em Minas Gerais, após o falecimento do beneficiário.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

**REQUERIMENTO Nº 9.775/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão e Cristiano Silveira aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que sejam incrementados, como medida prioritária, os trabalhos da comissão de avaliação responsável pela análise dos processos de concessão da indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018, especialmente no que se refere à garantia de recursos humanos e de infraestrutura necessários ao efetivo cumprimento do novo dimensionamento para finalização das análises, prevista para dezembro de 2022, nos termos apresentados à comissão durante audiência pública realizada em 16/11/2021.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

**REQUERIMENTO Nº 9.776/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao presidente da Fundação Nacional do Índio pedido de informações sobre quais ações ou estratégias de interiorização de venezuelanos vêm sendo desenvolvidas junto aos municípios de Minas Gerais no âmbito da Operação Acolhida, coordenada pelo governo federal.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

**REQUERIMENTO Nº 9.777/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social, de Justiça e Segurança Pública, de Saúde, de Educação e de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja priorizada, no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental e da Lei Orçamentária Anual, a previsão de ações e recursos necessários à implementação do Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.778/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Montes Claros pedido de informações sobre as ações ou os projetos existentes no município para o acolhimento e atendimento da população migrante, especialmente dos indígenas e dos haitianos, especificando-se quais são as estratégias adotadas em caráter emergencial com foco nesse público.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.779/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para realizar, de maneira prioritária, o mapeamento da população migrante no Estado e o apontamento das vulnerabilidades verificadas, como forma de propiciar o desenvolvimento de ações governamentais efetivas para o atendimento desse público, bem como subsidiar a consolidação do Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais e da legislação estadual inerente.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.780/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para a constituição de mesa técnica de resposta emergencial de acolhida às demandas na área de migração (nos termos já sinalizados em reunião anterior realizada com a presença da deputada Leninha), visando à articulação intergovernamental de saberes e ações relativas à garantia dos direitos da população migrante, notadamente de origem indígena, considerando-se que o atual contexto exige permanente coordenação dos órgãos públicos do Estado e dos municípios para a necessária resposta de áreas e agentes diversos, de forma multidisciplinar.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.781/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e à Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, por meio da Subsecretaria de Comunicação Social e Eventos, pedido de providências para implementar ações direcionadas a canais de comunicação – como TV, rádio, redes sociais e internet – com o objetivo de esclarecer que a população migrante e refugiada indígena, ainda que em mobilidade por municípios mineiros, não se trata de grupo populacional em situação de rua e realizar campanhas publicitárias para o enfrentamento da xenofobia e do racismo que atinge a população migrante no Estado.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.782/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para executar, em caráter prioritário, as medidas necessárias ao integral cumprimento da Recomendação DPE nº 04/2021, datada de 28/10/2021, oriunda da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, relacionada ao acolhimento de grupos indígenas venezuelanos da etnia Warao no Abrigo São Paulo, Município de Belo Horizonte, e à adoção de políticas públicas adequadas (com foco em assistência social, moradia, alimentação, saúde e educação), por meio da atuação coordenada e imediata.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.783/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Leninha aprovado na 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas a atuar no apoio ao acolhimento e ao atendimento de grupos indígenas venezuelanos da etnia Warao no Estado, particularmente em Belo Horizonte, especialmente no que toca à articulação para a adoção de políticas públicas adequadas (com foco na assistência social, moradia, alimentação, saúde e educação), incluindo a prestação de orientações e suporte técnico necessário para a revalidação de diplomas de cursos de graduação e o reconhecimento dos diplomas de pós-graduação *stricto sensu*, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, como forma de propiciar a esse público condições de inserção no mercado de trabalho.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.793/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado

à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os policiais militares que iniciaram o então Curso Técnico em Segurança Pública – CTSP – em fevereiro de 2007 sejam convocados para o Curso Especial de Formação de Sargentos – CEFS – previsto para 2022, salientando-se que mencionados militares foram promovidos a graduação de cabo em fevereiro de 2015, apenas 12 dias após a promoção da turma de 2006.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.796/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/09/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, pedido de providências para que sejam equacionados os problemas de abastecimento de água nos Municípios de Jenipapo de Minas e Chapada do Norte e em outras localidades eventualmente afetadas pela turbidez da água provocada pela construção da barragem do Rio Setúbal, no Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.797/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o Distrito de Bom Jesus Cana Brava, no Município de São João Evangelista, seja incorporado ao Programa estadual Alô Minas, com o objetivo de garantir o acesso da população local à telefonia móvel e à internet.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 9.798/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja fiscalizado o cumprimento do quadro de horários da Linha 411C, no Terminal São Benedito, em Santa Luzia.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 9.799/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para melhoria das condições de trafegabilidade da BR-367, entre os Municípios de Couto Magalhães e Leme de Prado.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 9.800/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a inclusão do Terminal São Gabriel no edital de concessão dos terminais e estações do Move Metropolitano.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**REQUERIMENTO Nº 9.801/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Carlos Henrique aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Sr. Alexandre Kalil, prefeito municipal de Belo Horizonte, pedido de providências com vistas a liberar o tráfego de veículos de transporte escolar nas pistas exclusivas do Move.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** A lei Orgânica do município de Belo Horizonte- Lombelo, estabelece em seu dispositivo específico o gerenciamento do trânsito e tráfego à Empresa BHTrans. Uma empresa de economia mista sob o arcabouço da Administração Direta, ao prefeito. Portanto, o presente requerimento tem o condão de evidenciar uma demanda reprimida que é a permissibilidade do trânsito de veículos escolares desde o ensino infantil até o universitário na pista do MOVE. Caso a medida seja implementada, os veículos escolares oferecerão aos seus usuários maior segurança no trânsito que, sem dúvida é o que todos nós queremos. Andar pelas ruas com a garantia de que chegamos a determinado lugar sem sermos alvo de ameaças ou atropelamentos ou mesmo simplesmente ter prioridade nos deslocamentos, considerando que Belo Horizonte possui corredores específicos de ligação arterial nas zonas Norte, Venda Nova, Barreiro e Pampulha. Ademais, o conceito Educação e Cidadania, impõem os próprios limites ao respeito à integridade física e à vida. O trânsito para Belo Horizonte ou mesmo para qualquer outro cidadão de uma grande metrópole do mundo pode ser visto como um grande desafio em face do crescimento das metrópoles e o adensamento de transporte ou pela fala eminente e crônica de recursos financeiros para obras do modal de transporte público, o metrô subterrâneo e mesmo o de superfície. Para respeitar é preciso saber quais são os deveres e os deveres de cada cidadão. Segundo passo e mais importante ainda que conhecer a cidadania é exercita- lá praticando-a.

**REQUERIMENTO Nº 9.802/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Gil Pereira aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, pedido de providência para a ampliação do acostamento da MG 122 do Município de Janaúba até o entroncamento da BR 251.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Trata-se de obra de extrema importância para a região e que promoverá maior segurança, evitando acidentes.

**REQUERIMENTO Nº 9.813/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 44ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja divulgado o calendário de pagamento referente às férias-prêmio convertidas em espécie devidas aos servidores públicos estaduais de acordo com a data da aposentadoria, para que os servidores tenham ciência com antecedência sobre quem será contemplado no mês.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

**REQUERIMENTO Nº 9.822/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os planos de destinação e gerenciamento dos espaços da CeasaMinas, de propriedade e administração do governo do Estado, a saber: as portarias, os mercados livres do produtor – MLPs – e o pavilhão 4 do entreposto de Contagem, nos estudos de privatização dos demais espaços de propriedade do governo federal.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2021.

Celinho Sintrocél, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

**REQUERIMENTO Nº 9.833/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regularização das matrículas dos cursos técnicos e profissionais em segurança do trabalho e logística da Escola Estadual João Paulo I, localizada no Município de Betim, tendo em vista as denúncias de inconsistências do Sistema Único de Controle de Efetivos e Movimentações – Sucem – considerando-se que, até novembro de 2021, o sistema não reconheceu as vagas previstas no plano de atendimento para o ano de 2022.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 9.834/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Laura Serrano aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à inclusão de conteúdo temático específico sobre a vida e os feitos de Santos Dumont na grade curricular no Estado, com o objetivo de promover o reconhecimento das realizações desse importante mineiro.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 9.835/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que seja afastado o Sr. Danilo Dupas, atual diretor do Inep, em razão das diversas denúncias de diretores técnicos desse órgão que, às vésperas da realização do Enem 2021, pediram demissão e denunciaram de maneira ampla a falta de comando técnico para a realização do Enem, o clima de insegurança e medo que é gerado pela atual gestão, além da alteração de cerca de vinte questões por motivo de pressão, buscando montar uma prova com a cara do governo federal, conforme palavras do próprio presidente da República, Jair Bolsonaro.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**Justificação:** Desde do início da gestão de Jair Bolsonaro, o MEC tem sido instrumentalizado e orientado por ministros que não possuem capacidade técnica, não dialogam com entidades estudantis e docentes, além de destruírem a prova que possibilitou a entrada de milhões de estudantes cotistas nas universidades brasileiras, sejam elas públicas ou privadas. Em 2019 ocorreram diversos erros na correção dos gabaritos, prejudicando milhares de estudantes. No ano seguinte, a pandemia do novo coronavírus, somadas à incapacidade de gestão e diálogo do governo federal, foi protagonizada por índices recordes de ausência, estudantes que foram obrigados a voltar para suas casas, em detrimento do distanciamento social necessário à realização da prova, porém sem o devido planejamento e remanejamento dos estudantes, além do elitismo escancarado, que foi percebido por meio de indicadores como a renda *per capita*, acesso à internet e raça, conforme números do próprio Inep. Agora, em 2021, o MEC junto ao Inep, persistem nos meus erros e seguem no plano de destruição do exame que possibilitou o acesso de jovens negros e pobres oriundos das escolas públicas brasileiras.

#### REQUERIMENTO Nº 10.002/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 03/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais –

DEER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que promovam a recuperação e a adequação do trecho da Rodovia MGC-491, entre as cidades de Três Corações e Varginha.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

**Justificação:** Conforme informações, esse trecho da rodovia MGC-491, vem apresentando sérios problemas desde a intervenção de obras realizadas em 2018. Constantemente recebemos reclamações de seus usuários, seja pelas condições viárias ou pela ausência de sinalização. Por essa razão, pedimos apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 10.017/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Comissão Extraordinária das Privatizações e de Desenvolvimento Econômico, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 29/11/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências com vistas ao rateio dos recursos do Fundeb de 2021 entre os profissionais de educação da rede estadual de ensino.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a Comissão Extraordinária das Privatizações e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, realizada em 29/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria da Fazenda em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Hely Tarquínio (PV), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PV).

#### REQUERIMENTO Nº 10.018/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento do deputado Rafael Martins aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que seja regulamentado o funcionamento dos serviços de inspeção municipais, individuais e de consórcios, e seu processo de adesão ao Sistema de Estadual de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal de Minas Gerais – Sisei-MG –, criado pela Lei nº 23.955, de 2021.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### REQUERIMENTO Nº 10.019/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento do deputado Rafael Martins aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que seja desenvolvido convênio ou credenciamento do laboratório de análise de água da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, de forma a viabilizar o uso dos laudos

dessa instituição para a comprovação de potabilidade da água utilizada por agroindústrias de pequeno porte, queijarias artesanais e estabelecimentos de beneficiamento artesanal de leite de cabra e de ovelha e de seus derivados.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.021/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Antonio Carlos Arantes aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, no papel de gestora do Mercado Livre do Produtor, dê apoio à manutenção do trabalho das cafezeiras na Ceasa-MG, no período da madrugada e mesmo durante o dia, em razão do conforto que elas proporcionam às centenas de trabalhadores que transitam por aquele entreposto agropecuário.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.022/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG pedido de providências para que seja estruturado projeto abrangente de orientação e apoio para acesso a financiamento e à instalação de unidades de geração de energia solar fotovoltaica em estabelecimentos rurais como forma de reduzir os custos de produção e elevar a competitividade da agropecuária mineira.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.023/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Carlos Pimenta aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas a que seja dado apoio ao Projeto Jaíba, em especial quanto à restauração da estrada de acesso, à desinterdição

do aeroporto que atende à região, à restauração das estradas vicinais, ao conserto do vazamento no canal principal e à regularização fundiária dos lotes remanescentes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.024/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Carlos Pimenta aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja dado apoio ao Projeto de Assentamento Herbert de Souza – PA Betinho –, no Município de Bocaiuva, que visa à transformação das redes elétricas monofásicas em trifásicas e à aceleração da regularização fundiária dos lotes do referido assentamento.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.025/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Duarte Bechir aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para pavimentação e manutenção do trecho da Rodovia MG-350 localizado entre os Municípios de Virgínia e Marmelópolis, em virtude da sua importância para o escoamento da produção agrícola da região.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.026/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências com vistas à promoção de medidas de apoio, por meio de intervenções de mercado ou estabelecimento de subsídios para os produtores de leite no Estado, em função da elevação extraordinária dos custos de produção dessa importante e essencial cadeia produtiva.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.027/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Cristiano Silveira aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja dado apoio aos produtores de mudas de frutíferas do Município de Dona Euzébia, com vistas ao cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta – TACs – firmados com o Ministério Público de Minas Gerais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 30/11/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.033/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 01/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja viabilizado, com urgência, o efetivo pagamento do auxílio-merenda para os alunos devidamente matriculados em escola estadual do Município de Ribeirão das Neves, visando a garantir a segurança alimentar dos alunos durante a pandemia de covid-19.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 01/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.039/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 01/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação do turismo pedagógico nas escolas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 10.040/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para implementação da política de valorização da vida nas escolas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 10.042/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 01/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que suspenda a orientação de restrição de uso de penteados ligados a cultura afro-brasileira, como *blacks*, tranças, tererês e afins, no Colégio Tiradentes – Unidade Betim, tendo em vista que essa proibição nada se relaciona ou agrega ao aprendizado das estudantes, além de ser um retrocesso inadmissível, tendo em vista os diversos debates e conquistas que o movimento negro e demais entidades pautam quanto ao empoderamento e a valorização da cultura afro-brasileira, bem como seja apurado e investigado de onde saiu tal orientação e se outras unidades do Colégio Tiradentes estão praticando a mesma ação, bem como a devida responsabilização dos responsáveis por replicarem e reforçarem ações de apagamento e constrangimento de traços e manifestações dessa cultura.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.043/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão e Professor Cleiton aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que anule a determinação de reposição de carga horária das auxiliares de serviço da educação básica, em razão da suspensão dos trabalhos no período da onda roxa do Plano Minas Consciente.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.044/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão e Professor Cleiton aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 01/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 23.197, de 2018.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.045/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão e Professor Cleiton aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a atualização dos vencimentos dos profissionais de educação, em observância do disposto na Lei nº 21.710, de 2015, e no art. 201-A da Constituição do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.046/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão e Professor Cleiton aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no que concerne à aplicação do percentual mínimo de recursos de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, referente ao exercício de 2021.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.047/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Betão e Professor Cleiton aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a manutenção, em 2022, dos empregos dos servidores contratados e convocados, em decorrência da implantação do Projeto Mãos Dadas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.048/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Betão e Professor Cleiton aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a realização do rateio do saldo de recursos do Fundeb referente ao exercício de 2021, tendo em vista o posicionamento favorável do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais à concessão de abono para o cumprimento da aplicação do percentual mínimo de 70% com a remuneração dos profissionais da Educação Básica.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.050/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Leninha aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a regularização do pagamento das gratificações de dedicação exclusiva devidas aos profissionais de educação superior da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e para o cumprimento do compromisso assumido pelo Estado de incorporação da Gratificação de Dedicação Exclusiva – GDE – e da Gratificação de Incentivo à Docência – GID – nos vencimentos dos mencionados profissionais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.051/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Betão e Professor Cleiton aprovado na 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja efetuado, no mês de janeiro de 2022, o pagamento do rateio de férias e do terço constitucional aos servidores públicos da educação básica contratados temporariamente, tal como realizado nos anos anteriores, sem prejuízo da prorrogação dos contratos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 32ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 1º/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.069/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 41ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e ao Ministério Público, à Polícia Civil e à Secretaria de Educação do Estado da Bahia pedido de providências para que sejam imediatamente apurados os fatos, amplamente divulgados em 23/11/2021, relacionados à conduta de um professor do Colégio Estadual Heitor Villa Lobos, localizado no Bairro do Cabula, em Salvador, o qual teria estimulado estudantes a se beijarem em troca de pontos na média curricular; e que, se constatados os ilícitos relatados, sejam as respectivas sanções aplicadas, na seara de competência de cada órgão acima mencionado, informando-se à comissão a respeito das medidas tomadas.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.071/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que o comandante-geral, como membro efetivo do Conselho de Administração, envie esforços no sentido de cobrar do secretário Estadual de Fazenda e da secretária Estadual de Planejamento e Gestão a devolução da cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados bombeiros militares ativos e inativos e 10,5% das pensionistas, considerando-se que a cobrança continua sendo realizada com fundamento no art. 24-C da Lei Federal 13.954, de 2019, que foi declarado inconstitucional pelo STF nos acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e ACO 3396 DF.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.072/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 02/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o comandante-geral, como presidente do Conselho de Administração, envie esforços no sentido de cobrar do secretário Estadual de Fazenda e da secretária Estadual de Planejamento e Gestão a devolução da cobrança ilegal de 2,5% a mais a título de contribuição dos segurados policiais militares ativos e inativos e 10,5% das pensionistas, considerando-se que a cobrança continua sendo realizada com fundamento no art. 24-C da Lei Federal 13.954, de 2019, que foi declarado inconstitucional pelo STF nos acórdãos RE 1338750, com repercussão geral reconhecida no Tema 1.177, e ACO 3396 DF.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.073/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 02/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de

armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências, especificando-se: nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.074/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 02/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o disposto na Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, que obriga a instituição a publicar, anualmente, o número de bombeiros militares mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho, com breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram mortos, e o número de bombeiros militares feridos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho, com breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram feridos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.075/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o disposto na Lei nº 23.871/2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, que obriga a instituição a publicar, anualmente, o número de policiais militares mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram mortos, e o número de policiais militares feridos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram feridos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.078/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite e Gil Pereira e da deputada Celise Laviola aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 02/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para realizar esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governador do Estado, com a presença dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas, à época, pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, sendo que a única parcela cumprida pelo governo do Estado recompôs um percentual de 13% dos 48,25% divulgados com base no IPCA.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.079/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à destinação de recursos financeiros de investimento para o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, considerando-se que atualmente a instituição depende de recursos aleatórios, tais como emendas parlamentares estaduais e federais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.082/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que a instituição possa cumprir o que foi disposto na Lei nº 23.754, de 2021, sobre o registro e a divulgação de dados relativos a violência e criminalidade no Estado, indicando se foi publicado o número de Reds que envolvem os crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte, estupro seguido de morte, conforme prevê a referida lei, que determina que esses dados devem ser apresentados por Risp, com a discriminação dos dados de cada município e a indicação dos números absolutos e para cada grupo de cem mil habitantes, os quais devem ser publicados semestralmente, divulgados para consulta na internet e enviados ao Ministério Público do Estado e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.083/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para regularizar, de forma urgente, o repasse de recursos orçamentários destinados ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, pois tal irregularidade impede o instituto juridicamente de pagar seus fornecedores e, assim, prejudica e compromete as assistências médica e odontológica dos militares e de seus dependentes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.085/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e dos deputados João Leite e Gil Pereira aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para realizar esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governador do Estado, com a presença dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão, e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de

três parcelas, calculadas, à época, pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, sendo que a única parcela cumprida pelo governo do Estado recompôs um percentual de 13% dos 48,25% divulgados com base no IPCA.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.087/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola e do deputado João Leite aprovado na 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 2/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para destinar recursos financeiros de investimento para a PMMG, considerando que atualmente a instituição depende de recursos aleatórios, tais como emendas parlamentares estaduais e federais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 2/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 2 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.106/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para garantir às mães em situação de rua o direito de maternagem, considerando-se a proteção da família natural assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.111/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Esporte, Lazer e Juventude, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Leninha aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, em Belo Horizonte, pedido de providências para garantir a continuidade da execução do Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Minas Gerais – Provita-MG.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e a Comissão de Direitos Humanos, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

**Justificação:** Conforme informações que chegaram ao nosso Gabinete, a execução do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Minas Gerais – Provita-MG –, referente à tramitação de Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 148100000/2020, atualmente encontra-se paralisada parcialmente prestando assistência apenas a pessoas que já se encontram inseridas na rede em função da falta de recursos para manutenção das atividades do Programa. O Convênio entre Governo Estadual e Federal para execução da política de proteção está vigente até dezembro de 2023 com previsão orçamentária e cronograma de desembolso previsto. Já o Termo de Colaboração com a Instituição Avante Social, estava previsto para encerrar-se no dia 31/3/2021 e acabou sendo aditado de ofício no dia 10/3/2021, em função do atraso de repasse durante a execução e atualmente está vigente até 19/1/2022, porém nesta prorrogação, não foi estabelecido nova previsão orçamentária para sua execução das atividades, e assim, foi necessário fazer novo termo aditivo para regularizar os Termos e estabelecer novo cronograma de desembolso. Segue abaixo, trecho retirado do Diário Oficial do Estado sobre a prorrogação de prazo do Termo vigente: EXTRATO DA 1ª PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1481.000004/2020. Partícipes: EMG/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde, do município de Belo Horizonte, MG. Objeto: Prorrogação de Ofício do Termo de Colaboração por mais 315 dias. Assinatura: 5/3/2020. Processo SEI nº 1480.01.0002005/2020-67.

Atualmente existem cerca de 25 pessoas protegidas na rede do Provita-MG que estão sendo monitoradas por telefone pela equipe técnica em função da paralisação parcial do programa; 4 casos aguardando atendimento de triagem para inclusão no programa; 1 caso aguardando para ser incluído. Nesse sentido, diante da gravidade exposta acima, frente ao risco real de fragilização da proteção dos casos incluídos, a interrupção de uma política pública que garante a proteção da vida de pessoas ameaçadas que contribuem com o sistema de justiça, solicitamos a Sedese as providências urgentes e necessárias.

### REQUERIMENTO Nº 10.112/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude e de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a realização de levantamento estatístico para apurar a quantidade de pessoas em situação de rua no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.114/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Esporte, Lazer e Juventude, de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene –, em Belo Horizonte, pedido de providências para a implementação de poços artesianos nas seguintes comunidades quilombolas, no Município de Virgem da Lapa: Almas, Curral Novo, Alto Jequitibá (composta pelas Comunidades Jequitibá e Bugre), União dos Rosários, Campinhos, Capim Puba, Mutuca de Baixo, Lavrinha, Pacheco, Córrego do Brejo, Morro Redondo, Gravatá, Massacará, Onça, São José, Biquinha, Água Limpa, Cardoso, Limoeiro, Vereda, Bela Vista, Córrego Bonito, Santana, Cafundó, Malhada Branca, Vai-Vai, Coqueiros e Ouro Fino; no Município de São Domingos do Prata: quilombos do Areião, Surrão e Serra; no Município de Januária: Comunidades Quilombolas Croatá, Cabano, Gameleira e Alegre II; no Município de São Francisco: Comunidade Quilombola Buriti do Meio.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.115/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento dos deputados Leninha, André Quintão, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Betão e Doutor Jean Freire aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, em Belo Horizonte, pedido de providências para a garantia, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, de recursos necessários à continuidade dos Centros de Referência de Direitos Humanos da Mata, de Mucuri, do Sul e do Norte, e para a ampliação dessa importante política pública para outras regiões de Minas Gerais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

**Justificação:** Os Centros de Referência de Direitos Humanos (CRDH) tem como objetivo fomentar a ampliação da cidadania e o aprofundamento da participação popular no Estado de Minas Gerais por intermédio de um equipamento social que integre serviços e ações de promoção, proteção e participação social de Direitos Humanos. O CRDH atua também como mecanismo de defesa, promoção e acesso à justiça e estimula o debate sobre cidadania, influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos. Deve desenvolver ações capazes de atrair o público-alvo para uma realidade marcada pela autoestima, pertencimento, dignidade e valorização individuais e coletivas. O CRDH deve ser uma “casa de encontro”, de convivência entre pessoas e movimentos sociais do campo e da cidade. Deve ter um espaço físico onde sejam implementadas ações que visem à defesa e à promoção dos Direitos Humanos, bem como à participação social e ao exercício da cidadania. Atualmente temos CRDHs em 4 (quatro) regiões: Mata, Mucuri, Sul e Norte. Mas, é importante ampliar esta política pública para outras regiões de Minas Gerais.

#### REQUERIMENTO Nº 10.117/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Direitos Humanos, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Esporte, Lazer e Juventude, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para ampliar a alocação de recursos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – com vistas a incrementar a sua atuação e garantir as condições necessárias ao atendimento das demandas sociais do Estado, especialmente dos públicos mais vulneráveis.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### REQUERIMENTO Nº 10.119/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Direitos Humanos, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 3/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção da Cohab entre os

órgãos da administração indireta do Estado, com o fomento de suas atividades, considerando-se a sua relevância para o equacionamento do déficit habitacional no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, realizada em 3/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.125/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que cobre dos empreendedores mais agilidade nos processos de descaracterização das barragens de contenção de rejeitos ou resíduos alteadas pelo método a montante, nos termos da Lei nº 23.291, de 2019.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.126/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que aumente o volume de recursos destinados às ações de fiscalização ambiental, tendo em vista que a verba empenhada para essa prática foi reduzida entre 2020 e 2021 e representa menos da metade do valor destinado para os licenciamentos ambientais, que aumentaram em cerca de 58 processos por mês, se comparado com o ano de 2020, com média mensal de 477 licenciamentos ambientais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.127/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que elabore o Plano Estadual sobre Mudanças Climáticas, no prazo de um ano, conforme acordado na COP 26.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.128/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que dê celeridade à análise do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Furnas, tão logo seja apresentado o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), pela empresa Furnas Centrais Elétricas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.130/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja dado andamento no cumprimento do acordo judicial homologado, relativo ao reajuste da carreira e a recomposição das perdas por inflação dos salários dos servidores dos órgãos e entidades de meio ambiente do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.131/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para o encaminhamento do Plano de Carreira dos Servidores do Meio Ambiente à Assembleia Legislativa, bem como a retirada imediata dos 50% do fator redutor da fórmula de cálculo da Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedama –, para funcionários do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme acordo firmado em 2015; e providências para a reabertura imediata das negociações e o atendimento das justas reivindicações dos servidores da Semad do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais – Sindsema.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.133/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que se implemente o Acordo nº 1.0000.16.050144-1/001, homologado desde de 2016, assim que haja viabilidade jurídica, incluindo a publicação do decreto consignando a retirada dos 50% restantes do VT da fórmula da Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – Gedama –, bem como seja enviado à ALMG, em regime de urgência, o projeto de lei alterando a Lei nº 15.461, de 2005.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Deputado Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.142/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na definição do traçado do Rodoanel, seja evitada a interceptação de unidades de conservação, bem como de áreas de relevância ambiental para o Estado e para os municípios da RMBH.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.143/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que no processo de licenciamento ambiental da fábrica da Heineken, em Pedro Leopoldo, seja dada especial atenção aos estudos espeleológicos e à preservação das cavidades naturais subterrâneas da região.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.145/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que desenvolva estratégias para reduzir as áreas de conflito pelo uso da água no Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.146/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que o processo de digitalização do licenciamento ambiental seja feito de forma célere.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 28ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 6/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 6 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

**REQUERIMENTO Nº 10.147/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 9/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o governo do Estado aplique, efetivamente, na Fapemig, o percentual constitucional de recursos destinados ao fomento e amparo à pesquisa e ao desenvolvimento científico no exercício de 2021.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, realizada em 9/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

**REQUERIMENTO Nº 10.150/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Minas e Energia, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 9/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e à Companhia de Gás de Minas Gerais pedido de providências para a agilização dos estudos para a implantação do gasoduto ligando o Município de Sete Lagoas ao Município de Montes Claros.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a Comissão Extraordinária das Privatizações e a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, realizada em 9/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

**REQUERIMENTO Nº 10.151/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 9/12/2021,

solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que se promova a energização de poços tubulares profundos com sistemas de geração solar fotovoltaica, com especial atenção para cerca de 4 mil poços perfurados pela Codevasf, pelo Dnocs e pelo Idene e ainda não energizados.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, realizada em 9/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.152/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Minas e Energia, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Comissão Extraordinária das Privatizações e de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 9/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam realizadas tratativas com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE – para que sejam incluídos no planejamento da expansão de subestações, além dos Municípios de Janaúba, Jaíba e Buritizeiro, os Municípios de Montes Claros e Januária.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, realizada em 9/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.153/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Desenvolvimento Econômico, de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Minas e Energia e de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 9/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para inclusão do reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé no planejamento de instalação de usinas solares fotovoltaicas flutuantes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a Comissão de Desenvolvimento Econômico e a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, realizada em 9/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.155/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, de Comissão Extraordinária das Privatizações, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e de Desenvolvimento Econômico, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 9/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a aceleração do investimento em projetos de expansão de distribuição de energia elétrica, em especial na construção de mais subestações na região Norte do Estado, com foco na energia solar fotovoltaica.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a Comissão Extraordinária das Privatizações, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, realizada em 9/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Companhia Energética de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2021.

Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (PSD).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.162/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Delegado Heli Grilo aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que os recursos resultantes de emenda parlamentar impositiva individual de autoria do deputado Delegado Heli Grilo, no valor de R\$760.000,00, destinada à aquisição de quatro viaturas para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, especificamente para o sistema prisional, não executada devido à alteração dos valores dos referidos veículos, seja revertida para a aquisição de cautela fixa para os policiais penais, em modelo compatível com sua atuação.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.163/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Delegado Heli Grilo aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja disponibilizado aos policiais penais auxílio-alimentação, na forma de cartões, *tickets* ou similares, para que possam adquirir suas próprias refeições, em vez de lhes serem fornecidas pelo próprio sistema prisional.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.165/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Bruno Engler e Celise Laviola aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que seja priorizada a recomposição dos quadros de efetivo da Polícia Penal e dos agentes socioeducativos em Minas Gerais, considerando-se os graves déficits hoje existentes e a necessidade de redução desses déficits.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.168/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Bruno Engler e Celise Laviola aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências, no âmbito de sua competência legal, contribuindo para a elaboração e a manutenção de banco de dados com informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado especificando o nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou

da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.169/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Bruno Engler e Celise Laviola aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.754, de 2021, a qual altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no que diz respeito a publicização e a divulgação semestral de dados para consulta, bem como em relação ao envio, para o Ministério Público estadual e a Comissão de Segurança Pública desta Casa, dos dados relativos aos números de Registros de Eventos de Defesa Social e de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação, concernentes aos crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por Região Integrada de Segurança Pública e discriminados por município, com os números absolutos e a taxa para cada grupo de cem mil habitantes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.170/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Bruno Engler e Celise Laviola aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de policiais civis mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em razão dele, também discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram feridos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.171/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Bruno Engler e Celise Laviola aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que envide esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo para a recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governo do Estado, por meio dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão e os representantes das forças de segurança do Estado, assinado em ata no dia 22 de novembro de 2019, previa um total de três parcelas, calculadas pelo próprio secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ressaltando-se que o acúmulo da inflação de janeiro de 2015 até dezembro de 2021 alcançou o patamar de 48,25%, segundo o IPCA, e que, até o momento, o governo do Estado honrou somente única parcela, equivalente à recomposição de um percentual de apenas 13%.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.172/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Bruno Engler e Celise Laviola aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para intensificar as ações policiais no âmbito do Cinturão de Segurança Pública, que envolve as 135 cidades limítrofes, com o objetivo de reforçar a segurança das divisas de Minas Gerais, em especial face aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.173/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Bruno Engler e Celise Laviola aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam destinados recursos financeiros de investimento suficientes para a política de segurança pública no Estado, especialmente para os trabalhos de investigação e de polícia judiciária, haja vista o dever do Estado, previsto constitucionalmente, no exercício dessa política, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.174/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Celise Laviola, João Leite e Bruno Engler aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam priorizadas ações e iniciativas destinadas à integração das forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central no aprimoramento da política estadual de segurança pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.175/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados João Leite, Celise Laviola e Bruno Engler aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que envide esforços a fim de que seja integralmente cumprido o compromisso firmado pelo Poder Executivo no tocante à recomposição das perdas inflacionárias dos salários das carreiras dos integrantes das forças de segurança do Estado, haja vista que o acordo firmado entre o governo estadual, por meio dos secretários de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão e os representantes das forças de segurança de Minas Gerais, assinado em ata em 22/11/ 2019, previa um total de três parcelas, calculadas, naquela ocasião, pelo próprio titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ressaltando-se que, conforme o IPCA oficialmente divulgado, o acúmulo da inflação de janeiro de 2015 até a presente data alcançou o patamar de 48,25%, e até o momento o governo do Estado cumpriu com somente uma única parcela, a qual recompôs um percentual de apenas 13%.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.177/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Celise Laviola, Bruno Engler e João Leite aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação anual, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de agentes prisionais e socioeducativos mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram mortos, além do número de feridos em serviço, ou em razão dele, também discriminando o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, aposentados, que foram feridos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.178/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Celise Laviola, Bruno Engler e João Leite aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam priorizadas ações e iniciativas destinadas à integração das forças de segurança pública em Minas Gerais, considerando-se o planejamento, a inteligência e a troca de informações entre os órgãos da área como estratégia central no aprimoramento da Política Estadual de Segurança Pública.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.180/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Bruno Engler, Celise Laviola e João Leite aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado, no tocante à publicização e à divulgação semestral, para consulta, bem como ao envio ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa dos dados relativos ao número de registros de eventos de defesa social e ao número de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação, envolvendo os crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de morte, consolidados por Região Integrada de Segurança Pública, discriminados por município e contendo os números absolutos e a taxa para cada grupo de cem mil habitantes.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.181/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Celise Laviola, Bruno Engler e João Leite aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 07/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que sejam destinados recursos financeiros suficientes para investimento na política de segurança pública no Estado, especialmente para os sistemas prisional e socioeducativo e a prevenção à criminalidade, haja vista o dever constitucional do Estado em relação ao exercício dessa política, visando a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.182/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Celise Laviola, João Leite e Bruno Engler aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 07/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que a pasta cumpra a Lei nº 23.753, de 2021, a qual dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado, dentro do escopo de suas competências, contribuindo para a elaboração e a manutenção de banco de dados com informações relativas às armas de fogo e munições apreendidas no Estado, especificando nome ou marca do fabricante; nome ou sigla do país de fabricação; calibre da arma ou da munição e quantidade de munição; número de série impresso na armação, no cano e na

culatra, quando móvel; ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial; data da apreensão; fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendidas; número do registro de ocorrência relativo à apreensão; identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendidas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 7/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil de Minas Gerais em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.187/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Redação, de Administração Pública, de Constituição e Justiça, de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 10/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja elaborado e divulgado cronograma para ampliação das nomeações e para novos concursos públicos para o grupo de carreiras da educação.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Administração Pública, a Comissão de Participação Popular, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Redação e a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 10/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.189/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Participação Popular, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Constituição e Justiça e de Redação, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 10/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja ampliado o valor da indenização a ser paga aos filhos de pessoas segregadas em colônias de hansenianos.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a Comissão de Participação Popular, a Comissão de Redação e a Comissão de Administração Pública, realizada em 10/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.191/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Participação Popular, de Redação e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 10/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja excluída a exigência de desistência de ações judiciais como requisito para o pagamento administrativo das férias-prêmio devidas aos servidores públicos do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a Comissão de Participação Popular, a Comissão de Administração Pública, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Redação, realizada em 10/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.194/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Participação Popular, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Redação e de Constituição e Justiça, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 10/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja promovida a revogação do Memorando nº 87, da Secretaria de Estado de Educação.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Participação Popular, a Comissão de Administração Pública, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Redação, realizada em 10/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

**REQUERIMENTO Nº 10.195/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Cultura, de Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e de Desenvolvimento Econômico, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 09/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho Estadual de Patrimônio Cultural do Estado – Conep – pedido de providências para a rápida apreciação e aprovação do processo de tombamento da Serra do Curral em âmbito estadual.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Cultura, a Comissão de Desenvolvimento Econômico e a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, realizada em

09/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (Republicanos).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.196/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Redação, de Constituição e Justiça e de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Zé Reis aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 10/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a manutenção do Minas Comunica, com o intuito de levar telefonia móvel às comunidades que ainda não foram atendidas pelo programa, em especial aos municípios do Norte e Noroeste de Minas, com a finalidade de reduzir desigualdades regionais e promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a Comissão de Administração Pública, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Participação Popular e a Comissão de Redação, realizada em 10/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.198/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e de Cultura, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Bosco aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 09/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que apoie a atração de rotas aéreas que atendam aos Municípios de Araxá e Poços de Caldas, bem como ao restante da região Sul de Minas.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, a Comissão de Cultura e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, realizada em 09/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 9 de dezembro de 2021.

Mauro Tramonte, presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (Republicanos).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.199/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola, João Leite e Bruno Engler aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso

III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para que determinem a imediata restituição dos valores ilegalmente descontados dos policiais militares ativos e inativos (2,5%) e pensionistas (10,5%), a título de contribuição, bem como a interrupção do desconto de citados percentuais, uma vez que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos (RE) 1338750, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.177), e ACO 3396 DF, declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos legais apontados nos pareceres da Advocacia-Geral do Estado, os quais foram reproduzidos no Ofício 0293, de 15/4/2020, subscrito pelo secretário-geral Mateus Simões.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.200/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada João Leite, Celise Laviola e Bruno Engler aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 07/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin –, responsáveis pelas políticas orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Executivo, pedido de providências para que o orçamento do IPISM seja ajustado com urgência, de forma que as despesas com assistência médico-hospitalar e odontológica sejam processadas, evitando que os policiais e bombeiros militares e seus dependentes tenham seus atendimentos, convênios, exames e demais procedimentos interrompidos, salientando-se que, desde 2019, o governo vem reduzindo o orçamento do IPISM e, no atual exercício financeiro, o orçamento liberado acabou em outubro, deixando as contas de saúde sem processamento por falta de repasse.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### REQUERIMENTO Nº 10.201/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola, João Leite e Bruno Engler aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para ajustar, de imediato, o orçamento previsto para 2021 para o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPISM –, em função da insuficiência de recursos verificada desde outubro de 2021.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

**Justificação:** Trata-se de medida urgente, uma vez que o orçamento liberado pela Seplag ao IPISM acabou no mês de outubro e, desde então, as contas relativas a assistência médico-hospitalar e odontológica aos Policiais e Bombeiros Militares e aos seus dependentes estão em aberto, colocando em risco a continuidade de tratamentos psicológicos, fisioterápicos, bem como serviços médico-hospitalares, farmacêuticos, laboratoriais, além dos convênios e credenciamentos.

#### REQUERIMENTO Nº 10.202/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 07/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado

à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Suase – pedido de providências para que sejam realizadas as devidas avaliações de desempenho do servidor Adilson Mota Silva, bem com emitidos os respectivos pareceres conclusivos, uma vez que o agente aguarda desde 11/8/2021 pela resolução de sua situação funcional.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.203/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Celise Laviola, João Leite e Bruno Engler aprovado na 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 07/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – pedido de providências para que determinem o imediato repasse da contribuição patronal devida ao IPSM desde abril de 2020, tendo em vista os acórdãos (RE) 1338750, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.177), e ACO 3396 DF do Supremo Tribunal Federal, ambos posteriores aos pareceres da AGE que fundamentaram o Ofício 293, de 15/4/2020, os quais reconheceram que “cabe à lei estadual, nos termos do art. 42, § 1º, da Constituição Federal, regulamentar as disposições do art. 142, § 3º, inciso X, dentre elas as relativas ao regime de aposentadoria dos militares estaduais e a questões pertinentes ao regime jurídico”, e, como forma de afastar o cometimento do crime previsto no art. 315 do Código Penal, dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.208/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 06/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja promovido um amplo debate, com a participação da sociedade civil e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visando a revisão e o aprimoramento do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, que reestruturou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, tendo em vista que vários dispositivos do referido decreto limitam a participação e o controle social nas decisões do conselho.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.209/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 06/12/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a implementação e garantia de água potável e saneamento básico às seguintes comunidades quilombolas: no

Município de Virgem da Lapa: Comunidade Quilombola Almas, Curral Novo, Alto Jequitibá (composta pelas comunidades Jequitibá e Bugre), União dos Rosários, Campinhos, Capim Puba, Mutuca de Baixo, Lavrinha, Pacheco, Córrego do Brejo, Morro Redondo, Gravatá, Massacará, Onça, São José, Biquinha, Água Limpa, Cardoso, Limoeiro, Vereda, Bela Vista, Córrego Bonito, Santana, Cafundó, Malhada Branca, Vai-Vai, Coqueiros e Ouro Fino; no Município de São Domingos do Prata: Quilombos do Areião, Surrão e Serra; no Município de Januária: Comunidade Quilombola Croatá, Cabano, Gameleira e Alegre II; e no Município de São Francisco: Comunidade Quilombola Buriti do Meio.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.210/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Administração Pública, de Participação Popular, de Redação, de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira e da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 10/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja garantida publicidade e transparência ao cronograma de pagamento das férias-prêmio aos servidores públicos do Estado.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Participação Popular, a Comissão de Administração Pública, a Comissão de Redação, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e a Comissão de Constituição e Justiça, realizada em 10/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 10.212/2021**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Redação, de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública e de Participação Popular, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Cristiano Silveira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 10/12/2021, solicitam a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja promovido o pagamento do rateio dos recursos do Fundeb aos profissionais da educação da rede estadual ainda no exercício de 2021.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 1ª Reunião Conjunta destas comissões com a Comissão de Redação, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Participação Popular, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e a Comissão de Administração Pública, realizada em 10/12/2021, que teve por finalidade prestar informações sobre a gestão das Secretarias de Governo e de Planejamento e Gestão em 2021, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de outubro.

Sala das Reuniões, 14 de dezembro de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 20/12/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando João de Castro Barbosa, padrão VL-47, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 83/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 162/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/1/2022, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de transporte aéreo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE CONTRATO Nº 113/2021**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Radiscan Radiologia Odontológica e Digitalizada Eireli. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade de radiologia odontológica (raios-X). Vigência: 60 meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-031-729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE CONTRATO Nº 122/2021**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Roberto Brígido Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 96/2021****Número no Siad: 9241293-5/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom. Objeto: prestação de serviço de adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: acréscimo de cláusulas ao Contrato nº 154/2017, relativas à Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Vigência: a partir da data da assinatura até 1º/11/2022.

**TERMO DE ADITAMENTO N° 97/2021****Número no Siad: 9223883/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, em 16 elevadores instalados no Palácio da Inconfidência, no Edifício Carlos Drummond de Andrade e no Edifício Tiradentes. Objeto do aditamento: adequação à Lei Federal 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Vigência: a partir da data da assinatura deste aditivo, respeitado o período de vigência definido no Termo de Aditamento n° 111/2020.

**TERMO DE ADITAMENTO N° 98/2021****Número no Siad: 9247217/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MOA Manutenção e Operação Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma ininterrupta e continuada, com dedicação intensiva de mão de obra, englobando serviços de suporte técnico e operação das instalações e sistemas prediais civil, elétrico, eletromecânico, hidrossanitário, refrigeração, climatização, detecção e combate a incêndio nas edificações da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto do aditamento: adequação do Contrato n° 23/2020 à Lei Geral de Proteção de Dados – Lei Federal n° 13.709, de 2018. Vigência: a partir da data da assinatura deste aditivo.